

Ciberativismo Feminista e o Movimento ‘Vamos Juntas?’¹

Thainá Barbosa OLIVEIRA²

Marcus DICKSON³

Faculdade Estácio do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a história do movimento feminista no Brasil até chegar ao século XXI, onde há a presença da Web 2.0 e novas possibilidades de diálogo e comunicação a respeito de situações sofridas por mulheres e de estratégias tomadas para combater essas problemáticas, como o movimento ‘Vamos Juntas?’, que nasceu no Facebook e propõe a união feminina para que haja a possibilidade de troca de experiências e auxílios entre desconhecidas do Brasil inteiro.

Palavras-chave: feminismo; história; internet; ciberativismo.

1. INTRODUÇÃO

O gênero feminino sofre com uma variedade de preconceitos históricos e culturais. A figura feminina era compreendida como indefesa e dócil, por isso o cavalheirismo imperava em tempos mais antigos. Não tinha a ver com uma pura gentileza e sim com uma certeza de que mulheres eram frágeis demais para executar certos tipos de tarefas.

Essa cultura protecionista em relação ao sexo feminino construiu uma sociedade patriarcal, onde diz que homens devem tomar a frente das mulheres e que elas são propriedade deles. Essa cultura desencadeou uma sociedade machista, e muitas mulheres não aceitaram essa condição, uniram-se e começaram a lutar contra essa prática social. O centro do movimento feminista – e de qualquer movimento social, é a união. Mulheres unidas por causas educacionais, trabalhistas e políticas deram início a uma grande onda de feminismo que percorreu até o século XXI.

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 6 a 8 de julho de 2016.

² Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Jornalismo da Estácio FAP, email: thainabarbosaoliveira@gmail.com.

³ Professor Msc de Jornalismo da Faculdade Estácio do Pará marcus.correa@estacio.br

2. MACHISMO COMO REGRA

Em seu estudo sobre Nicarágua, Roger Lancaster (1992, p.19) afirmou que o machismo é resiliente não apenas porque constitui uma forma de “consciência”; não é uma “ideologia” no sentido clássico do conceito, mas um campo de relações produtivas.

O machismo não é um movimento social, não sendo ele caracterizado como a união de homens em prol de algo benéfico para um grupo de pessoas, e sim uma prática cultural, enraizada historicamente em homens e mulheres do mundo todo. Jamais poderá ser comparado ao feminismo, que veio tardiamente, cobrar direitos básicos às mulheres.

A criação do macho como figura forte, opressora, temível e emocionalmente distante é veiculada em todos os tipos de discursos, em todas as classes sociais a figura de um homem implica na de um macho dominante, que traz alimento, proteção e ordem ao lar, da mesma forma que é considerado ofensivo pontuar uma característica feminina a um homem. Um “homem afeminado” é um tido como patético, fraco, que não merece respeito, sendo motivo de chacota e vergonha para sua família e amigos.

Se a diferença entre os gêneros anteriormente voltava-se para a relação anátomo-fisiológica, com o two-sex-model, o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais do corpo” (...) justificando e impondo “diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus (COSTA, 1995, p. 110-111).

2.1. O PATRIARCADO

As exigências com relação a tarefas específicas de cada sexo chegaram ao Brasil com a colonização dos portugueses e do domínio econômico da família patriarcal, que no século XVI, era de força estrutural magnânima, detendo não só os bens do capital, como tendo acesso a toda sorte de cultura que era possível, sabendo ler, escrever e tendo acesso à arte, sendo um perfeito modelo a ser copiado.

E as tendências artísticas colocam a mulher como musa e o homem como criador da obra. Mulheres servem para inspiração, pensadas sempre por essa figura masculina que a molda. A concepção do masculino como dominante primordial da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor enraizado na cultura ocidental.

No contexto patriarcal, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material é a logística natural de pensamento dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social

(naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. O vocabulário militarista erudito e popular está recheado de expressões machistas, não havendo como separar um de outro (MINAYO, 2005, p.23-24).

Essas expressões colocam as condições dominantes como características naturais ao gênero masculino, tal como sua suposta violência natural. O homem deve ser uma figura de força e virilidade, tendo características psicológicas com enfoque na força, no domínio. Jamais recusar um desafio, não temer o inimigo, demonstrar força, proteger quem ama e ensinar o certo a quem for inferior, como mulheres e crianças.

2.3. A CULTURA DO ESTUPRO

Não é difícil encontrar sinais de que homens são tidos como animais passionais de fortes instintos. Manifestações de fúria, assim como a imposição da força física são qualidades essenciais de um “macho de verdade”. Ensinados a serem impiedosos e a respeitarem sua natureza selvagem, a força é tão essencial quanto a fraqueza, que pode levá-los a impulsos fortíssimos, pois nunca foram realmente educados para controlar esses instintos violentos, pelo contrário, homens são ensinados a extravasar sua ira, sempre dominantes. E diante da impossibilidade de controlar tais instintos, não há necessidade cultural de sentir culpa ou pedir perdão, pois a ideia é que um homem que tenha cedido a seus instintos naturais seja naturalmente perdoado e absolvido.

No ato do estupro realiza-se superlativamente a dissociação entre o sujeito e o objeto da sexualidade, entre o apoderamento sexual do outro e a anulação da vontade da vítima (MINAYO, 2005). Em atos de estupro, a ideia de que os atos sexuais forçados são comuns ainda prevalece no inconsciente coletivo, o entendimento de que o homem tem problemas em controlar sua força e em ouvir uma resposta negativa, leva a sociedade no geral, a questionar primeiramente a situação como um todo, a vítima, as condições psicológicas e físicas dessa vítima, se ela estava de alguma forma em uma situação de risco e como ela poderia ter evitado aquela situação, a exemplo de um estupro em uma festa, a tendência midiática é analisar a situação como propensa. O violador, em si, é o último a ser avaliado, entendido como um caso perdido ou como mais um homem que forçou uma situação.

Homens esses que não sentem necessidade em reprimir impulsos de xingar mulheres na rua, de gritar frases de cunho pornográfico ou de simplesmente não sentirem

qualquer necessidade de esconder toda sua força sexual. E as mulheres, precisam controlar sua sexualidade e aprender a filtrar ou simplesmente ignorar toda essa vulgaridade masculina, entendendo que o homem é que deve tomar iniciativas, assim como uma “boa mulher” precisa ter características subservientes e recatadas, então negar um elogio ou mesmo, dar a resposta negativa, pode ser apenas mais um dos “artifícios femininos de sedução” arduamente ensinados pela sociedade, onde a mulher não deve tomar iniciativas e precisa se mostrar respeitosa, pois do contrário, deve arcar com as consequências violentas que seu comportamento vil pode acarretar.

Os atos do estupro se fazem parecer como se fossem atos sexuais “comuns”, já que a sexualidade masculina é metaforicamente pensada como a que penetra, a que se apodera do corpo do outro. O discurso dos apenados se assemelha a um “jogo”. De um lado, a afirmação da “transgressão” de uma regra, de uma lei. De outro, a afirmação de que o seu “erro” não deveria ser considerado uma transgressão, já que fizeram o que “todos os homens fazem”, ou o que “todos os homens fazem com prostitutas”, ou o que “todos os homens fazem com todas as mulheres: elas sempre dizem não, mas sempre querem” (MACHADO, 2001).

Mesmo quando homens dizem entender o que fizeram como um ato de violência e imposição sexual acaba demonstrando falta de preocupação real com o que aconteceu, por saber que tais atos sexuais estão de acordo com o imaginário erótico cultural de que a iniciativa sexual é masculina e o feminino é o objeto sexual por excelência (MACHADO, 2001), onde recusar o contato físico é apenas mais um obstáculo que precisa ser superado no ato, a diminuição do poder de escolha feminino é gigantesco, pois o julgamento não vem da vontade própria da mulher e sim do lugar onde ela estava, se estava alterada por substâncias etílicas ou alucinógenas, o tipo de roupa e o comportamento pessoal. Mesmo que essa mulher em questão desse indício de que queria algo mas depois muda de ideia, essa mudança não será respeitada.

O “não” da mulher nunca deve ser considerado verdadeiro e sim parte do ritual de sedução. Portanto, a plenitude da macheza não admite que a mulher (em sendo objeto) possa dizer “não” (MINAYO, 2005, p.24).

3. MULHER, GÊNERO E OPRESSÃO

Quando o assunto é “história da humanidade”, em um âmbito mais geral, é a história dos homens. Os que iam para a guerra, conquistavam terras, protegiam suas

famílias, essa construção da figura do homem como o que toma a frente de tudo deu origem ao patriarcado, que se trata de uma organização social primitiva onde a autoridade é exercida por um homem, dentro ou fora da família.

O controle da sociedade sempre foi exercido pelos homens, pois a relação entre os sexos nas sociedades primitivas era, fundamentalmente, assimétrica e não recíproca. No sistema matrilinear a autoridade pertencia ao irmão da mulher e ao tio materno, enquanto no patrilinear pertencia ao pai e ao marido. (ALAMBERT, 1983, p.32).

Diante dessa realidade construída dentro e fora do ambiente familiar, as mulheres foram criadas em ambientes opressores, onde homens tinham o poder e o dever de educa-las e ensiná-las a se portarem diante da sociedade, comportamento este, que era estudado para agradar outras figuras masculinas, como o padre, professor e marido. Uma concepção que se naturalizada, através da história e das relações estabelecidas na sociedade, entre o poder atribuído ao homem sobre a mulher, o “patriarcado” gerando assim uma cultura machista, onde o papel da mulher está atrelado “a maternidade e aos afazeres domésticos” (GOIANA, 2015).

4. O FEMINISMO

Para conhecer o feminismo é essencial saber que é um movimento que produz toda sua reflexão crítica, referenciais teóricos e ideologias. Ser uma mulher feminista significaria mais do que ser militante do movimento, e sim uma forma de encarar a vida, um posicionamento político, ideológico e psicológico.

Mulheres que foram silenciadas e não aceitaram essas condições, indo contra a família, o Estado e, muitas vezes, a Igreja. A luta e o debate por direitos iguais começa no século XIX, onde mulheres inglesas do Reino Unido questionam o porquê de não terem direito ao voto.

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado na Inglaterra em 1918 (PINTO, 2010).

O movimento feminista começou com o questionamento do direito ao voto, e definiu outros objetivos principais. Em estudo recente, a "definição operacional" proposta por Nancy Cott para o feminismo é funcional e completa, partindo de três preceitos básicos, sendo eles a defesa da igualdade dos sexos ou oposição à hierarquia dos sexos, o reconhecimento de que a "condição das mulheres é construída socialmente, [...]

historicamente determinada pelos usos sociais.”; e a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas, o que ficou conhecido como “sororidade”, onde mulheres tendem a se unir para trocar experiências, ideias e debater formas de abordar seus interesses ao grande público.

4.1. FEMINISMO NO BRASIL

Como toda regra tem sua exceção, ao longo da história também houve inúmeras mulheres que lutaram contra essa condição e se negaram a ser regidas sob o signo do patriarcado. No Brasil, a primeira onda feminista veio com pela luta pública de mulheres pelo direito ao voto. O movimento foi liderado por Bertha Lutz, uma bióloga que tomou conhecimento das manifestações feministas em sua estadia na Inglaterra. Organizou o primeiro congresso feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher. Foi, também, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto e levou, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, e incorporado ao Novo Código Eleitoral brasileiro.

A partir desse impulso, o feminismo brasileiro começou a discutir não só questões trabalhistas e universitárias, como propor uma nova relação da mulher com a sociedade. Em 1960, discussões a respeito da liberdade de expressão feminina, na vida política e privada como proposta de reavaliação da relação entre mulheres e homens foi lançada.

Com a redemocratização em 1980, o feminismo no Brasil experimenta uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres. Inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.

No final do século XX, o movimento se intensificou em causas mais específicas, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas de proteção para as mulheres, buscando espaço para a sua maior participação política. Uma das principais questões desse período era a luta contra a violência que a mulher é vítima. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo

país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência contra a mulher.

5. WEB 2.0 E O CIBERATIVISMO NA REDE

Com a criação da internet, as pessoas podem se conectar de forma mais prática e ágil. Se na primeira geração da Web os sites eram trabalhados como unidades isoladas, passa-se agora para uma estrutura integrada de funcionalidades e conteúdo. A Web 2.0 proporciona uma relação dinâmica entre emissor e receptor, onde esses papéis podem se inverter o tempo todo, facilitando a produção de conteúdo. Com o advento das redes sociais, qualquer pessoa com acesso à internet pode produzir seu próprio conteúdo, postando em blogs e redes como o facebook, twitter, instagram e snapchat.

Diante dessa nova gama de possibilidades, movimentos sociais visualizam nas redes sociais uma possibilidade de disseminar ideias e opiniões, além de compartilhar conteúdo a respeito de determinados assuntos.

O ciberativismo ainda recebe inúmeras críticas por conta de seu caráter individualista, pois a pessoa pode não sair em via pública para defender seus ideais, e de uma forma geral, não há um sacrifício inerente. Não há greve de fome ou queima de sutiã.

Estamos em outro tempo e devemos dar voz mesmo a pessoas que não são completamente engajadas politicamente. A revolução da segunda década do século XXI veio por conta da possibilidade de produção e troca de conteúdo que a Web 2.0 proporciona e muitos que não tinham opinião nenhuma, começaram a se incomodar com tal inércia.

Uma das atividades de maior caracterização de qualquer movimento social e causa política é a troca de textos, vídeos e imagens como forma de divulgação de ideias.

O foco na denúncia da violência simbólica e física sofrida pelas mulheres também se concretizou em diferentes produções que buscaram ressignificar o corpo e as relações de desigualdade existentes em variadas produções sociais (FERREIRA, 2013).

As redes sociais tornaram-se esse espaço de divulgação e debate de ideias.

5.1. CIBERATIVISMO E O MOVIMENTO ‘VAMOS JUNTAS?’

O feminismo na web veio para esclarecer direitos primários às mulheres, como a aceitação e o entendimento do próprio corpo. Por muito tempo, o corpo feminino esteve muito alheio e idealizado pela mídia, o que era fruto de muitas inquietações que muitas tinham, mas que parecia não ser grande o suficiente para ser motivo de psicoterapia.

Muitas dessas angústias particulares femininas puderam ser discutidas de forma pública, porém privada, em seus computadores ou smartphones, protegidas em suas casas. Esse caráter individualista foi a chave para milhares de mulheres conseguirem falar de abusos sofridos e para que discussões fossem abertas e soluções fossem projetadas.

Foram milhares de comunidades no Facebook, blogs pessoais, sites, ONGs, e canais no Youtube para abordar a questão do assédio moral e físico. Muitos debates e palestras para fazer um número cada vez maior de mulheres entender a necessidade de tomar atitudes concretas para a autoproteção de cada uma. Esse compartilhamento de ideias possibilita a partilha da memória, da percepção, da imaginação. Isso resulta na aprendizagem coletiva, troca de conhecimentos (LÉVY, 1999).

Uma pesquisa recente feita com mais de duas mil jovens em 370 cidades mostra que a rua é vista pela maior parte das entrevistas como um espaço sem segurança ou respeito pelas mulheres. 94% foram assediadas verbalmente e 77% fisicamente. Além disso, nove em cada dez já deixaram de fazer alguma coisa como sair a noite ou usar determinados tipos de roupa, por medo da violência.

O movimento ‘Vamos Juntas’ propõe que as mulheres andem em grupo para escapar da violência urbana. O projeto foi fruto de discussões a respeito sobre como melhorar a situação de opressão sofrida no cotidiano feminino, tomou corpo através de uma página no Facebook, por conta do medo que a grande maioria de mulheres brasileiras sentem em andar sozinha na rua. A página permite o envio de depoimentos sobre assédio e sobre situações de risco que mulheres já sofreram e, em muitos dos casos, puderam contar com a ajuda de outra mulher. Existe a opção anônima para quem não se sentir à vontade de expor sua identidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do movimento feminista tem sido progressiva e tem alcançado cada vez mais pessoas com o diálogo menos nervoso de ativistas mais radicais. O que chamam de ‘ciberativismo’ vem trazendo a tona questionamentos importantes em plataformas acessíveis. É importante que pessoas jovens entendam essas questões, e a internet traz vários níveis didáticos de discussão, desde os mais simples até os mais complexos. Além da possibilidade de poder debater sobre o assunto com pessoas que entendem melhor toda a questão feminista, é possível conversar com outras mulheres que estão aprendendo. O caráter facilitador moderno é encarado de forma positiva quando se

trata de compartilhar inquietações e perceber um retorno significativo para elaborar soluções viáveis partindo da realidade de cada indivíduo.

A criação de um movimento que visa a união física e psicológica de mulheres com o intuito puro de compartilhar conhecimento e a política de ajuda é positiva para a sociedade atual. Usar a internet e o poder que ela tem para abrir um espaço de diálogo e desabafo entre mulheres que sofrem situações constrangedoras e precisam falar disso é uma prática cidadã de utilidade pública.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Ed. Nobel, 1986.

BORIS, G.D.J.B.; CESÍDIO, M.H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-Estar**, Fortaleza, Subj. v.7, n.2, 2007.

GOIANA, Ivaneide Severo. A Construção Do Masculino e a Opressão Feminina. In: XIV Congresso de História da Educação no Ceará – História de Mulheres: Educação, Amor e Violência, 14, 2015, Ceará. **Anais**. Ceará: UFC, 2015.

MINAYO, M.C.S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p.23-24, jan./mar 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História E Poder, **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REPÓRTER Brasil, apresentado por Guilherme Menezes e Katiuscia Neri, TV BRASIL, duração 60 min. Reportagem “Movimento que surgiu no facebook incentiva mulheres a andarem em grupo”.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Ciberativismo, cultura e o individualismo colaborativo. **REVISTA USP**, São Paulo, n.86, p. 28-39, jun/ago 2010.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação, **Revista Eletrônica TEMÁTICA**, Ano V, n. 05, Maio/2009.

SOUZA, Babi. **O Vamos Juntas?** Disponível em: <http://movimentovamosjuntas.com.br/index.php/o-vamos-juntas>. Acesso em: 03 maio 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais, **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.